

Novos rumos judiciais nas decisões de políticas públicas

rdai.com.br/ojs/index.php/rdai/article/view/54



Maria Gabriella Pavlóoulos Spaolonzi Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo (São Paulo, São Paulo, Brasil) ● <https://orcid.org/0000-0003-3362-7005>

DOI: <https://doi.org/10.48143/rdai/01.mgps>

Palavras-chave: Políticas públicas, Judicialização de políticas públicas, Judicialização da Educação, Vagas em creche, Audiência Pública, Compartilhamento de informações, Intervenção positiva do Judiciário, Concretização da decisão judicial

Resumo

Este artigo aborda a judicialização de políticas públicas e aponta as principais teorias construídas a respeito. É resultado de reflexões suscitadas pela prática das Varas da Infância e da Câmara Especial do Tribunal de Justiça do Estado São Paulo, que demonstraram a necessidade do compartilhamento de informações e experiências para a escolha de caminhos que conduzam à efetividade da prestação jurisdicional em matéria de políticas públicas. Revisita temas educacionais de ações judiciais propostas em face da Administração Pública, com especial atenção às ações promovidas em busca de vagas em creches. Explicita que, embora a legislação nacional relacionada aos direitos infantojuvenis seja considerada modelo em todo o mundo, os direitos fundamentais atrelados à educação das crianças e adolescentes no Brasil estão longe de sua concretização. Desvenda o conceito da audiência pública e aponta eficácia da participação popular na solução concreta do litígio.

Biografia do Autor

Maria Gabriella Pavlóoulos Spaolonzi, Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo (São Paulo, São Paulo, Brasil)

Juíza da 13^a Vara da Fazenda Pública Central do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo - mspaolonzi@tjsp.jus.br

Referências

ALBUQUERQUE DE VICTOR, Rodrigo, Judicialização de Políticas Públicas para a educação infantil – características, limites e ferramentas para um controle judicial legítimo. São Paulo. Saraiva.

BANDEIDA DE MELLO, Celso Antônio, Grandes Temas de Direito Administrativo, São Paulo, Malheiros.

CABRAL, Rodrigo Maciel; DOTTA, Alexandre Godoy. Mínimo Existencial na Hermenêutica da Jurisprudência Brasileira Referente às Políticas Públicas Relativas ao Direito à Educação. Revista de Estudos Constitucionais, Hermenêutica e Teoria do Direito. a. 10. v.2. p. 138-149 mai/ago 2018. doi: <https://doi.org/10.4013/rechtd.2018.102.05>

CANOTILHO, J.J. Gomes. Direito Constitucional. 5ª edição, Coimbra:Livraria Almedina, 1991.

DAL POZZO, Augusto Neves. Aspectos Jurídicos da Permissão de Uso de Bem Público destinado à Comercialização de Alimentos. REVISTA BRASILEIRA DE INFRAESTRUTURA-RBINF, v.10, p.187-206, 2016.

DAL POZZO, Augusto Neves. Breves considerações sobre o ato discricionário no regime jurídico-administrativo brasileiro. REVISTA BRASILEIRA DE INFRAESTRUTURA-RBINF, v.09, p.173-190, 2016.

DAL POZZO, Augusto Neves. CAMMAROSANO, M.; VALIM, R. Regime Diferenciado de Contratações Públicas-RDC (Lei nº 12.462/2011; Decreto nº 7.581/2011) Aspectos Fundamentais. Belo Horizonte: Fórum, 2011, v.1. p.275.

DAL POZZO, Augusto Neves. Concessão de serviço público. Diferenças entre o regime da Lei nº 8.666/93 e o da Lei nº 8.987/95. Possibilidade de superação dos limites estabelecidos no § 1º do art. 65 da Lei nº 8.666/93 nos contratos de concessão de serviços públicos. REVISTA BRASILEIRA DE INFRAESTRUTURA-RBINF, v.01, p.279-294, 2012.

DAL POZZO, Augusto Neves. DAL POZZO, Antonio Araldo Ferraz; FACCHINATTO, Renan Marcondes; DAL POZZO, B. N. D. Lei Anticorrupção-Apontamentos sobre a Lei nº 12.846/2013. São Paulo: Contracorrente, 2014, v.1. p.240.

DAL POZZO, Augusto Neves. FACCHINATTO, Renan Marcondes. Modificações nos regimes jurídicos das parceiras Público-Privadas e do setor educacional-Fomento aos investimentos e redução de riscos para a Iniciativa Privada. Revista Brasileira de Infraestrutura RBInf, v.04, p.259-274, 2013.

DAL POZZO, Augusto Neves. José Roberto Pimenta Oliveira; BERTOCCELLI, R. P. Tratado sobre o Marco Regulatório do Saneamento Básico no Direito Brasileiro. São Paulo: Contracorrente, 2017, v.1. p.1034.

DAL POZZO, Augusto Neves. Panorama acerca da atividade desenvolvida pelos Tribunais de Contas e o exercício da função administrativa. *Revista Internacional de Direito Público-RIDP*, v.01, p.185-214, 2015.

DAL POZZO, Augusto Neves. Panorama acerca da atividade desenvolvida pelos tribunais de contas e o exercício da função administrativa. *Revista Eletrônica da Faculdade de Direito da PUC-SP*, v.3, p.32-59, 2015.

DAL POZZO, Augusto Neves. Panorama acerca da atividade desenvolvida pelos tribunais de contas e o exercício da função administrativa. *Revista Eletrônica da Faculdade de Direito da PUC-SP*, v.3, p.32-59, 2015.

DAL POZZO, Augusto Neves. PARLATORE, A. C. Método de planejamento econômico-financeiro em projetos de infraestrutura. *REVISTA BRASILEIRA DE INFRAESTRUTURA-RBINF*, v.01, p.193-205, 2014.

DAL POZZO, Augusto Neves. PIMENTA, J. R. Estudos sobre o Marco Regulatório de Saneamento Básico no Brasil. Belo Horizonte: Fórum, 2011, v.1. p.400.

DAL POZZO, Augusto Neves. Procedimento de Manifestação de Interesse e o planejamento estatal de infraestrutura. *Fórum de Contratação e Gestão Pública (Impresso)*, v.13, p.23-33, 2014.

DAL POZZO, Augusto Neves. VALIM, R. R. A.; PIMENTA, J. R. Tratado sobre o Princípio da Segurança Jurídica no Direito Administrativo. Belo Horizonte: Fórum, 2013, v.1. p.819.

DAL POZZO, Augusto Neves. VALIM, R.; AURELIO, B.; FREIRE, A. L. Parcerias Público-Privadas-Teoria geral e aplicação nos setores de infraestrutura. Belo Horizonte: Fórum, 2014, v.1. p.518.

DEL PRIORE, Mary (org.), *História das crianças no Brasil*, 6ª edição, São Paulo: Contexto, 2007.

GRINOVER, Ada Pellegrini, *O controle de políticas públicas pelo Poder Judiciário*. In: GRINOVER, Ada P., *O Processo – Estudos e Pareceres*. São Paulo:DPJ, 2ª ed., 2009.

MARCONDES, Ricardo Martins; SANTANO, Ana Claudia. Una lectura neoconstitucional de la teorICA del poder de poliCIa. *REVISTA DE INVESTIGAÇÕES CONSTITUCIONAIS*, v.3, p.87-114, 2016. <http://dx.doi.org/10.5380/rinc.v3i2.47575>

MARQUES, Camila Salgueiro da P.; DOTTA, Alexandre G. Programas sociais, a exclusão social e a vedação ao retrocesso: direitos sociais no Brasil em crise. *Revista do Direito, Santa Cruz do Sul*, v. 3, n. 53, dez. 2017. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.17058/rdunisc.v3i53.9624>

MARTINS, Ricardo Marcondes. Apontamentos sobre a desapropriação no direito brasileiro. *Revista Trimestral de Direito Público*, v.57, p.87-110, 2012.

MARTINS, Ricardo Marcondes. Arbitragem e administração pública: contribuição para o sepultamento do tema. *Revista Trimestral de Direito Público*, v.54, p.194-209, 2011.

MARTINS, Ricardo Marcondes. Arbitragem e administração pública: contribuição para o sepultamento do tema. *Interesse Público (Impresso)*, v.64, p.85-104, 2010.

MARTINS, Ricardo Marcondes. As normas gerais de direito urbanístico. *RERE (Salvador)*, v.20, p.01-16, 2010.

MARTINS, Ricardo Marcondes. Direito fundamental de acesso à informação. A&C. *REVISTA DE DIREITO ADMINISTRATIVO & CONSTITUCIONAL (IMPRESSO)*, v.14, p.127 -, 2014. <http://dx.doi.org/10.21056/aec.v14i56.96>

MARTINS, Ricardo Marcondes. Estágio probatório e avaliação de desempenho. *Revista Brasileira de Estudos da Função Pública-RBEFP*, v.13, p.09-35, 2016.

MARTINS, Ricardo Marcondes. Manutenção de concessão de serviço público considerada inválida pelo Tribunal de Contas. *REVISTA BRASILEIRA DE INFRAESTRUTURA-RBINF*, v.2, p.269-291, 2012.

MARTINS, Ricardo Marcondes. Motivação dos atos administrativos: conteúdo da motivação e consequências da motivação insuficiente-justificativa do preço na contratação direta; retroatividade da jurisprudência do Tribunal de Contas. *Revista Brasileira de Infraestrutura RBInf*, v.7, p.227-257, 2015.

MARTINS, Ricardo Marcondes. Natureza jurídica das Organizações Sociais e das Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público. *Fórum de Contratação e Gestão Pública (Impresso)*, v.167, p.48-62, 2015.

MARTINS, Ricardo Marcondes. Pregão: cabimento-Regularidade fiscal-Invalidação do contrato pelo Tribunal de Contas. *Fórum de Contratação e Gestão Pública (Impresso)*, v.166, p.61-69, 2015.

MARTINS, Ricardo Marcondes. Pregão: cabimento-regularidade fiscal-invalidação do contrato pelo Tribunal de Contas. *BLC (São Paulo)*, v.11, p.1173-1181, 2015.

MARTINS, Ricardo Marcondes. Princípio da liberdade das formas no direito administrativo. *Interesse Público (Impresso)*, v.80, p.83-124, 2013.

MARTINS, Ricardo Marcondes. Princípio da Titularidade Pública das Coisas de Ninguém. *Revista Trimestral de Direito Público*, v.56, p.117-136, 2011.

MARTINS, Ricardo Marcondes. Proporcionalidade e boa administração. *Revista Eletrônica da Faculdade de Direito da PUC-SP*, v.3, p.310-338, 2015.

MARTINS, Ricardo Marcondes. Prorrogações excepcionais do contrato administrativo (Parecer). *REVISTA BRASILEIRA DE INFRAESTRUTURA-RBINF*, v.10, p.209-229, 2016.

MARTINS, Ricardo Marcondes. Regime estatutário e Estado de Direito. Revista Jurídica da Procuradoria Geral do Município de São Paulo, v.8, p.181-197, 2011.

MARTINS, Ricardo Marcondes. Regime estatutário e Estado de Direito. Revista Trimestral de Direito Público, v.55, p.139-155, 2011.

MARTINS, Ricardo Marcondes. Sanções administrativas no Regime Diferenciado de Contratações Públicas-RDC. Revista Brasileira de Infraestrutura e RInf, v.8, p.47-88, 2015.

MARTINS, Ricardo Marcondes. Teoria das contrafações administrativas. A&C. REVISTA DE DIREITO ADMINISTRATIVO & CONSTITUCIONAL (IMPRESSO), v.16, p.115 -, 2016. <http://dx.doi.org/10.21056/aec.v16i64.241>

MARTINS, Ricardo Marcondes. Teoria dos princípios formais. Interesse Público (Impresso), v.98, p.65-94, 2016.

MARTINS, Ricardo Marcondes. Terceirização na Administração Pública: comentários sobre o RE 760.931. Revista de Direito Administrativo e Infraestrutura-RDAI, v.1, p.311-333, 2017.

PACHECO, Juciane; DOTTA, A. G. Vulnerabilidade dos direitos fundamentais da criança e judicialização da educação infantil. In: Direitos Fundamentais na nova ordem mundial. Curitiba: Íthala, 2018. p. 37-56.

PEREIRA JÚNIOR, Marcus Vinícius, Orçamento e Políticas Públicas Infantojuvenis: fixação de planos ideais de atuação para os atores do sistema de garantia de direito das crianças e adolescents (SGD) – Rio de Janeiro, Forense, 201.

PIRES, Luis Manuel Fonseca, Controle Judicial da Discricionariedade Administrativa – Dos Conceitos Jurídicos Indeterminados às Políticas Públicas, 2009, Rio de Janeiro, Elsevier,

SADEK, Maria Tereza, Judiciário e Arena Pública: Um olhar a partir da ciência política, in O controle Jurisdicional de Políticas Públicas, Coord. Ada Pellegrini Grinover e Kazuo Watanabe, 1ª edição, 2011, São Paulo.

SILVA, Bruna Isabelle Simioni ; DOTTA, Alexandre Godoy . A Dignidade da Pessoa Humana e a Efetividade dos Direitos Sociais: um olhar sobre o contexto Brasileiro. Cadernos da Escola de Direito. Curitiba, v. 1, p. 14-24, 2016.

TEODORO JÚNIOR, Humberto, volume II, Curso de Direito Processual Civil, 2012, editora Forense.

A submissão e a publicação de artigos são gratuitos; avaliados por pares; o periódico utiliza o CrossCheck (antiplágio) e cumpre com o Guia dos Editores da COPE - *Committee on Publication Ethics*, além das recomendações Elsevier e SciELO. Confira as [Regras para a submissão e avaliação da RDAI](#).